

Análise panorâmica da gênese do movimento agroecológico no Brasil: ecologia decolonial *versus* colonialidade do poder (1960 – 2014)

Panoramic analysis of the genesis of the agroecological movement in Brazil: decolonial ecology versus coloniality of power (1960 – 2014)

Emerson da Silva

Doutor em História (UNISINOS)

Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

enevesdasilva73@gmail.com

Recebido: 21/07/2023

Aprovado: 30/09/2024

Resumo: O presente texto analisa a relação do estabelecimento do movimento agroecológico no país com o processo de globalização da agricultura no Brasil. A abordagem empregada é da História Global e dos estudos da colonialidade do poder. As fontes utilizadas são os anais dos Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa, Encontros Nacionais de Agroecologia e bibliográfica. Sendo examinadas a partir da metodologia de análise documental, centrando-se na perspectiva de investigação qualitativa e de comparação das fontes. O movimento agroecológico é compreendido enquanto um fenômeno social que se desenvolveu enquanto uma experiência histórica caracterizada como ecologia decolonial, na medida em que se confrontou com as estruturas de poder do capitalismo global e colonial presentes no contexto brasileiro. Analisa a ruptura entre movimento agroecológico e agricultura alternativa, destacando os aspectos sociohistóricos que contribuíram para o desenvolvimento da agroecologia.

Palavras-Chave: Globalização da agricultura; Ecologia decolonial; Agroecologia.

Abstract: This text analyzes how the establishment of the agroecological movement in the country relates to the process of globalization of agriculture in Brazil. The approach used is based on the understanding of Global History and studies of the coloniality of power. The reference sources used are the annals of the National Meetings of Alternative Agriculture and their respective bibliography. The investigation used a documentary analysis methodology by focusing on the perspective of qualitative research and comparison of reference sources. The agroecological movement can be comprehended as a social phenomenon which has developed as a historical experience characterized as decolonial ecology, as it confronts the power structures of global and colonial capitalism present in the Brazilian context. The analyses also sheds light to the rupture between the agroecological movement and alternative agriculture by means of highlighting the sociohistorical aspects that

contributed to the development of agroecology.

Keywords: Globalization of agriculture; Decolonial ecology; Agroecology.

Introdução

A herança colonial ainda se faz presente em pleno século XXI na América Latina pela reprodução da colonialidade. Para Quijano, a colonialidade do poder significa o estabelecimento de um poder capitalista global, moderno/colonial e eurocentrado, a partir da criação da ideia de raça, sendo biologicamente subjetivada para naturalizar a condição de inferioridade dos colonizados perante os colonizadores. Dessa forma, constituiu-se um domínio do colonizador sobre os colonizados, que permanece na atualidade, mesmo após a descolonização (QUIJANO, 2005). Por isso os Estados Nacionais latino-americanos mantêm a permanência de relações de submissão política, econômica e cultural ao capitalismo global, efetivando a exploração do meio ambiente, da natureza, do território e do povo latino-americano.

Nessa perspectiva, Quijano destaca que a formação dos Estados Nacionais na América Latina possui relação estreita com a colonialidade do poder, uma vez que no processo independentista desses países foi comum que a elite branca local não se identificasse com a população indígena, negra, mestiça, de modo que não possuíam interesse nacional e se ligavam à sociedade europeia, ou seja, “[...] seus interesses sociais estiveram muito mais próximos dos interesses de seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia européia. Eram, pois, dependentes.” (QUIJANO, 2005, p. 134).

Essa relação de colonialidade impactou diretamente as formas de exploração da natureza e as relações sociais, o que causou um significativo passivo ambiental. Em síntese, a colonialidade do poder representa a manutenção das hegemonias política e econômica do capitalismo global no sistema-mundo.³⁶⁴ A colonialidade do poder, através das ações do Estado, do capital global e das elites econômicas locais, foi responsável pela configuração da globalização da agricultura, ocorrida a partir da década de 1950. Dessa forma, fortaleceu os laços de dependência econômica da região frente ao capital transnacional ligado à produção de alimentos.

³⁶⁴ Sobre o conceito de sistema mundo, ver WALLERSTEIN, 2001.

Partindo dessa premissa, o presente texto analisa o processo de globalização da agricultura brasileira, que promoveu uma significativa modernização capitalista da produção agropecuária do país, e a conexão com o processo de gestação do movimento³⁶⁵ agroecológico. A hipótese norteadora do estudo baseia-se na compreensão de que o movimento agroecológico se constitui enquanto uma ação decolonial, ou seja, é expressão da resistência da agricultura familiar camponesa, dos povos tradicionais, de intelectuais progressistas, de movimentos populares do campo no sentido da construção de práticas produtivas ecológicas ancoradas em um ideário societário antagônico ao modelo de sociedade capitalista, baseada na cultura de consumo e que submete o meio ambiente aos interesses da reprodução do capital global.

Cabe destacar que a ecologia decolonial aqui é compreendida enquanto um processo ativo de resistência e de produção de sentidos que se materializa a partir do território, do local, se contrapondo à expansão da episteme e da prática produtiva do capitalismo global na agricultura. Para Malcom Ferdinand (2022), o conceito de ecologia decolonial enfrenta a dupla fratura colonial e ambiental da modernidade. “Essa fratura se destaca pela distância entre os movimentos ambientais e ecologistas, de um lado, e os movimentos pós-coloniais e antirracistas, de outro, os quais se manifestam nas ruas e nas universidades sem se comunicar.” (FERDINAND, 2022, p. 30).

Portanto, o “desencontro” entre as agendas de luta social ambiental com as questões étnico raciais, de desigualdade social, de violência sobre as populações tradicionais, de gênero e relacionadas ao desenvolvimento dependente da América latina do capitalismo global é uma contradição que pode ser suplantada pela ecologia decolonial. É importante destacar que são expressões do mesmo processo histórico, ou seja, tanto as práticas produtivas que contaminam a natureza pelo uso de agroquímicos, por exemplo, e o avanço do latifúndio sobre comunidades quilombolas, indígenas e camponeses pertencem à herança colonial, presente na atualidade pela colonialidade do poder.

Portanto, para superar essa permanência histórica, Ferdinand (2022, p. 34) destaca que a ecologia decolonial articula o enfrentamento das questões ecológicas contemporâneas com as lutas políticas e epistêmicas tendo como perspectiva a desconstrução das estruturas coloniais.

³⁶⁵ A categoria movimento social é utilizada para analisar os movimentos agroecológicos e de agricultura alternativa. Conforme Alain Touraine, o movimento social expressa ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Por meio do conflito, um movimento social é “o esforço de um ator coletivo para se apossar dos ‘valores’, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder.” (TOURAINÉ, 1994, pp. 253-254).

Nessa perspectiva, o presente trabalho analisa a gestação histórica do movimento agroecológico no Brasil a partir do conceito de ecologia decolonial. Partimos da hipótese que o movimento agroecológico se constituiu enquanto um sujeito social que incorporou no ideário, junto às questões ambientais, as demandas sociais, políticas e culturais estruturantes da sociedade brasileira, como, por exemplo, a reforma agrária, a autonomia das comunidades tradicionais e camponesas, a luta feminista e a defesa do desenvolvimento agrário alternativo ao modelo de agricultura globalizada, entre outras questões. As fontes utilizadas são os anais dos Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa, Encontros Nacionais de Agroecologia e bibliográfica. Sendo examinadas a partir da metodologia de análise documental, centrando-se na perspectiva de investigação qualitativa e de comparação das fontes.

Além da abordagem decolonial, utilizamos a concepção de história global, uma vez que contribui com o entendimento do processo de conexão e interação do campo brasileiro com o fenômeno global de internacionalização produtiva da agricultura. Nessa perspectiva, a categoria conexão e interação colabora para a leitura histórica da reação popular ao processo de globalização da agricultura. Para Conrad (2019, p. 83), no lugar de centrar a análise historiográfica nas macro comparações, o estudo do global enfoca a análise nas conexões, visando contemplar a fluidez e volatilidade com que as interações ocorrem. De acordo com Conrad (2019, p. 131), a abordagem da história global coloca em evidência o exame das possibilidades de integração estrutural. Nessa perspectiva, é possível compreender que o território em conflito foi incorporado a um projeto nacional de desenvolvimento, o qual por sua vez está inserido no contexto de internacionalização do capital. De outra parte, possibilita analisarmos as especificidades presentes no processo de conexão da expansão da modernização capitalista para o território em relação a um processo histórico global de globalização da agricultura.

Na primeira parte do texto analisaremos o processo de globalização e modernização da agricultura no Brasil, contextualizando as condições sociais e econômicas para a gestação da agricultura alternativa. Em seguida, o presente texto explorará a transição da agricultura alternativa ao movimento agroecológico, processo que ocorreu a partir da década de 1970. Será apresentada a trajetória histórica que culminou na ruptura da agroecologia com a ideia de agricultura alternativa, incorporando elementos da cultura, demandas dos territórios e segmentos subalternizados na produção agroecológica, como, por exemplo, a luta pela reforma agrária e a defesa das áreas indígenas. E, por

fim, problematizamos o processo de consolidação do ideário do movimento agroecológico a partir do exame dos Anais dos Encontros Nacionais de Agroecologia.

Globalização e modernização capitalista da agricultura

Na base do processo de globalização da agricultura estava a modernização produtiva, baseada na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação, visando qualificar e aumentar a produção agropecuária. Para Elias (2002), esse conjunto de fatores determinou novas dinâmicas socioespaciais, de forma que a agropecuária passou a ser realizada de forma globalizada. A natureza, em especial a produção agropecuária, é subordinada à tecnologia e ao capital na medida em que o fazer da agricultura passa a depender de insumos gerados pela indústria, transformando a produção de alimentos.

Para Porto-Gonçalves (2017), a partir da década de 1960, inaugura-se a etapa da globalização caracterizada como globalização neoliberal ou período técnico-científico-informacional. Segundo o autor, o padrão de consumo dos países dominantes demanda o aumento crescente das importações de recursos naturais da “periferia” para esses países, ao passo que as exportações de matérias-primas para os países industrializados passou a ter importância estratégica para as economias do sul global, como fica evidente nos casos do Brasil e Argentina: “Mesmo países como o Brasil e Argentina que, no contexto da América Latina, têm um peso significativo do seu mercado interno, cada vez mais dependem da soja e da exportação de grãos em geral para obter o superávit primário.” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 45).

De fato, em meados do século XX, abre-se um novo período de “ajuste” da sociedade latino-americana às novas características da economia mundial. A partir da década de 1960, o capitalismo mundial iniciou o processo de internacionalização da produção, ou seja, as empresas transnacionais passam a procurar novas áreas de produção que possibilitem a ampliação da acumulação capitalista (baixos salários e novos mercados consumidores). Essa expansão de capital industrial e financeiro, que modernizou a produção agropecuária, estabeleceu a inserção do território latino-americano na globalização da agricultura.

Por sua vez, a promoção da modernização tecnológica da produção agropecuária foi acompanhada da integração da América Latina aos mercados globais. Nessa perspectiva, Ploeg (2008) considera que o avanço da industrialização da agricultura implica na desconexão da produção e do consumo de alimentos com o espaço. Ele considera que a agricultura capitalista está intimamente ligada

ao fenômeno que denomina de impérios alimentares, pois é extremamente centralizado e “constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial.” (PLOEG, 2008, pp. 19-21).

As contradições geradas com a globalização da agricultura latino-americana colocaram no horizonte das comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas e trabalhadores rurais a defesa de direitos e da gestão autônoma dos seus territórios. Longe da postura passiva, há uma rica história de resistência e construção coletiva de identidades, bem como o processo de dialética do conflito que marcou a construção de experiências de organização social e econômica inspiradas em relações comunitárias.

Nesse contexto ficou explícita a permanência das colonialidades, conforme a análise de Quijano (2005), sendo a do poder reveladora das relações de subalternização dos camponeses frente às elites e ao capital agrário.

Ao final da Segunda Guerra Mundial abriu-se um novo período de desenvolvimento do capitalismo. A hegemonia econômica e política passou a ser exercida pelos Estados Unidos, que assumiram o papel de conduzir o capitalismo diante da “ameaça do socialismo soviético”. Através da implementação do plano de reconstrução da economia europeia, denominado “Plano Marshall” (1947-1951), contribuiu efetivamente para a transnacionalização do capitalismo.

Nesse contexto emergiram as condições para a globalização da agricultura que se valeram do progresso tecnológico ocorrido com a guerra. Esse processo visou aumentar a produtividade na agricultura e contemplou a necessidade de abastecimento alimentar mundial. Assim, surge um novo modelo tecnológico denominado de “Revolução Verde”, composto por novas práticas e métodos agrícolas que se baseavam no uso de insumos industriais, em especial fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas (tratores, colheitadeiras) na produção.

Na base das mudanças do modelo de produção estavam as inovações tecnológicas. Com a incorporação de conhecimentos de química, mecânica e biotecnologia foi possível superar a dependência dos fatores naturais na produção, ou seja, as inovações tecnológicas possibilitaram a redução do tempo de produção, que até então era superior ao tempo de trabalho necessário à realização do ciclo biológico das plantas e animais (ELIAS, 2003, p. 34). A articulação entre ciência e tecnologia na gênese do modelo global de produção agropecuária e de agroindustrialização de alimentos é expressão do período histórico que Santos (1994) caracteriza como período técnico-científico-

informacional, marcado pela modernização tecnológica. Nesse período, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, as inovações tecnológicas substanciam uma ordem econômica mundial que conta com a participação direta ou indireta de todos os países. Nessa perspectiva, Santos afirma que:

o próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço. (SANTOS, 1993, p. 11).

De outra parte, com o período técnico-científico-informacional, houve reconfiguração das relações econômicas dos países e seus blocos, determinando a configuração de uma nova Divisão Internacional do Trabalho e reorganização dos territórios dos países (ELIAS, 2003, p. 41). É importante destacar que a integração econômica do sul global ocorre de forma desigual e seletiva, em especial dos países periféricos, uma vez que há uma hegemonia do conhecimento tecnológico e econômico do norte global.

O Brasil se inseriu nesse contexto quando alterou o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações para o capitalismo dependente das corporações financeiras e transacionais. Para Fernandes (2006, p. 299), na década de 1950 ocorre o fenômeno da segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista enquanto realidade histórica. Ele destaca que esse processo ocorreu em virtude de dois fatores: a) interesse das economias centrais e da comunidade internacional em deslocar recursos para o Brasil, articulando o crescimento econômico para a acumulação baseada nas corporações transnacionais; b) decisão das classes dominantes nacionais em efetivar o processo de modernização dependente do capitalismo brasileiro.

O golpe civil militar realizado em 1964 e os sucessivos governos autoritários promoveram as condições para a internacionalização da economia do país. A vontade empresarial, ou seja, a vontade da classe dominante nacional encontrou ressonância nas políticas públicas, sobretudo no modelo de desenvolvimento implementado pelos militares (FERNANDES, 2006, p. 301). Em síntese, o Estado usou recursos externos para financiar obras de infraestrutura que visavam atrair o investimento de empresas transnacionais, o que projetaria o Brasil no cenário internacional. Na prática, estreitou os laços de dependência do país com o capital financeiro e as corporações estrangeiras.

A partir da década de 1960, a internacionalização do capital potencializou a agricultura baseada nos princípios produtivos da Revolução Verde. Houtzager (2004, p. 50) considera que a preocupação central do governo de Castelo Branco era a modernização da agricultura brasileira visando ao

crescimento econômico. Pode-se afirmar que em virtude dessa importância estratégica o campo foi palco de ações de repressão às organizações populares, antecipando a violência de Estado que seria a marca do Ato Institucional publicado em 1968. No entanto, em virtude do poder das oligarquias regionais, ocorreu um impasse que impediu o andamento do processo de modernização da agricultura.

O projeto do governo para a zona rural mal saiu do papel. Ele foi vítima de um impasse, em parte pelas oligarquias regionais, que revelava a grande dificuldade de qualquer esforço do Estado de intervir de forma mais decisiva na zona rural, em um regime autoritário “aberto” no qual se permitia que o Congresso funcionasse. (HOUTZAGER, 2004, p. 50).

Em 1968, com o governo de Artur e Costa Silva, o regime militar assumiu caráter de maior autoritarismo do Estado, fortalecendo e ampliando o controle da sociedade civil. Dessa forma, o impasse do Estado com setores das classes dominantes regionais, que dificultavam o processo de modernização do campo, foi superado. Com essa intencionalidade, o governo militar apresentou um “novo grupo de tecnocratas que consideravam a modernização da agricultura crucial para estimular o crescimento econômico e restabelecê-lo.” (HOUTZAGER, 2004, p. 53).

Os militares protagonizaram a modernização capitalista da agricultura, adequando-a ao cenário global. Essa construção social produzida pelo Estado exigia a transformação do latifundiário em empresário rural, justificando, dessa forma, a grande propriedade agrícola, agora sob a égide simbólica do moderno: a razão capitalista. A identidade de empresário rural foi estabelecida com a colaboração da *Sociedade Rural Brasileira* e da *Sociedade Nacional de Agricultura*. O discurso dessas entidades partia da “retórica da penalização da agricultura”, a qual consistia em afirmar que a agricultura vinha sendo prejudicada com os benefícios estatais fornecidos aos empresários industriais. Sendo assim, a ação do Estado na perspectiva da modernização agrícola e a atualização dos latifundiários convergia no mesmo ponto: alterar o modelo agrícola sem ruptura estrutural, ou seja, manter o velho modelo fundiário baseado na grande propriedade com uma roupagem nova e considerada moderna.

As políticas públicas desencadeadas pelos Governos Militares asseguraram, através de crédito e da ação dos órgãos de Estado, como, por exemplo, *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia* (SUDAM), *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE) e o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA), a intensificação do processo de modernização, o qual alterou o padrão produtivo agrícola do país, sem alterar a estrutura agrária, agudizando a concentração agrária. Ao longo do Regime Militar, o crédito rural subsidiado financiou a modernização da agricultura, conotando uma inédita transferência de capital do Estado para a agricultura, através do Sistema de Crédito Rural, criado

em 1965. Entre 1965 e 1970, o crédito agrícola triplicou (HOUTZAGER, 2004, p. 67). Enquanto que na década de 1970, o crédito foi elevado em cinco vezes. A agricultura associada à indústria de insumos químicos, de máquinas e de alimentos toma um relevante impulso no período do Regime Militar.

Cabe destacar que esse processo de modernização agrícola efetivado nas décadas de 1960 e 1970 requereu como pré-condição ao seu desenvolvimento a eliminação dos projetos de reforma agrária e o estabelecimento do controle do Estado sobre a organização social, mantendo a estrutura fundiária, assim, inalterada (MENDONÇA, 2006, p. 51).

O Golpe Militar promoveu reformas políticas e econômicas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo agrário e globalizado no país. Para isso, a reformulação da agricultura era estratégica, ou seja, possibilitava a atração de capitais externos a serem investidos no Brasil. A soja cumpriu um importante papel de atração desses capitais na medida em que se tornou uma das principais culturas produzidas em escala empresarial e industrial, associada com capitais externos. Além disso, conforme Oliveira, “(...) o Estado autoritário criou toda a sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país.” (OLIVEIRA, 1991, p. 32).

O impacto da política agrícola dos militares não poderia ser diferente. A modernização introduzida provocou a degradação da agricultura camponesa, uma vez que as políticas públicas beneficiavam a agricultura do tipo empresarial, que possuía acesso a novas tecnologias, além da já citada hegemonia da indústria no processo produtivo agropecuário.

De fato, a agricultura moderna era sinônimo de subordinação do setor agropecuário à indústria e ao setor financeiro. A expansão do capital valeu-se do modelo tecnológico homogeneizante da produção alicerçado na grande propriedade, no cultivo de monoculturas e na dependência do mercado externo. Essa modernização impactou a agricultura familiar camponesa empurrando uma grande massa de famílias da zona rural para as cidades, ao passo que potencializou problemas ambientais em virtude do uso intensivo de agroquímicos na agricultura. Altieri (2012, p. 34) alerta que “a presença de agrotóxicos em águas subterrâneas, superficiais e para consumo se tornou uma externalidade cada vez mais grave da agricultura moderna”. Essa realidade deriva da opção de desenvolvimento com base nos interesses das corporações econômicas produtoras de *commodities* e alimentos.

[...] a primeira onda de problemas ambientais está profundamente enraizada no sistema hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que provocam a

degradação dos recursos naturais. Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica. (ALTIERI, 2012, p. 34).

Esse contexto produziu uma série de experiências sociais de resistência ao Regime Militar e a suas políticas, em especial ao processo de modernização capitalista da agricultura. Apesar do regime ditatorial, que regulava a participação política da sociedade através da doutrina de segurança nacional, segmentos populares, em especial a partir da segunda metade da década de 1970, avançavam na constituição de ações que se opunham à modernização da agricultura e suas consequências.

O estabelecimento da agricultura alternativa enquanto antecedente histórico do movimento agroecológico

Na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980, intensificou-se o movimento de agricultores familiares camponeses contrapondo-se às práticas agrícolas inseridas com o processo de modernização capitalista da agricultura, em especial o uso de químicos e de sementes híbridas no processo produtivo. O pano de fundo dessa reação social foi o surgimento de uma racionalidade e postura da sociedade civil na perspectiva do direito à participação na década de 1980, sendo o movimento ecológico um dos segmentos que se mobilizaram (GOHN, 2001). Dessa forma, surgiu, na década de 1980, um conjunto de práticas agrícolas, no Brasil, denominada de agricultura alternativa.

A agricultura alternativa se desenvolveu a partir da experiência social de enfrentamento aos impactos sociais e econômicos da globalização da agricultura, sobretudo na década de 1980 no Brasil. No entanto, os seus fundamentos teórico-metodológicos se situavam no início do século XX, com o desenvolvimento de práticas produtivas simultâneas, questionadoras da adubação química, que valorizavam o uso de matéria orgânica e de práticas culturais favoráveis aos processos biológicos. Para Ehlers (1999, p. 47), esses movimentos rebeldes podem ser agrupados em quatro grandes vertentes: as agriculturas biodinâmica, orgânica, biológica e natural.

O estabelecimento da agricultura alternativa corresponde ao aumento da preocupação, no cenário internacional, com a questão ambiental no mundo, em especial a partir da década de 1970. Dessa forma, em 1972 foi fundada, em Versalhes, França, a *International Federation on Organic Agriculture* (IFOAM) (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), cuja adesão inicial era cerca de quatrocentas entidades ambientalistas. Os principais objetivos eram socializar as informações

entre os associados, constituir o consenso internacional de normas técnicas e certificar os produtos orgânicos.

No Brasil, um dos principais marcos da agricultura alternativa, em 1968, foi a publicação da obra *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, “inaugurando” a análise do impacto do uso de agrotóxicos nos Estados Unidos, apontando os efeitos mutagênicos e teratogênicos dos inseticidas em animais. Já em 1972 foi publicado o *Relatório do Clube de Roma*, que alerta para a ameaça da degradação das matérias-primas e da energia caso o padrão de consumo dos países desenvolvidos fosse universalizado, conforme Costa, Souza, Júnior, Comin e Lovato (2015). Em 1974 foi publicado pela EDUSP o livro de Ehrlich e Ehrlich (1974) cuja discussão dialoga com as teses do *Clube de Roma*.

Na dimensão acadêmica, a crítica aos impactos ambientais causados pela modernização capitalista da agricultura estabeleceu-se através de pesquisadores que atuavam em lugares distintos no país, entre os quais destacam-se: Adilson Paschoal, da *Escola Superior de Agricultura Luíz de Queiroz* (ESALQ); Ana Maria Primavesi, da *Universidade Federal de Santa Maria*; Luiz Carlos Pinheiro Machado, da *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, e o engenheiro agrônomo José Lutzenberger. Em 1976, Lutzenberger lançou o *Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?*, onde avalia os problemas ecológicos derivados do industrialismo, em especial a agricultura convencional. O manifesto impactou fortemente pesquisadores, profissionais, produtores e a opinião pública brasileira, desempenhando o papel análogo ao da publicação do *Primavera silenciosa* nos Estados Unidos, que problematiza a agricultura moderna e chama a atenção para a necessidade do estabelecimento de outro modelo produtivo baseado no respeito ao meio ambiente (EHLERS, 1999).

Para além do espaço acadêmico, o movimento de agricultura alternativa se substanciou a partir do desenvolvimento de experiências desenvolvidas através das ações promovidas por organizações não governamentais (ONGs), as quais eram constituídas por sujeitos sociais envolvidos nos movimentos contestatórios ao Regime Militar na década de 1970. Nesse sentido destaca-se o processo desenvolvido com o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), organizado pela *Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação* (FASE), que visava pesquisar tecnologias alternativas de produção e difundi-las com os produtores. Essa iniciativa frutificou (EHLERS, 1999).

Em 1988, em virtude do crescimento do Projeto PTA, que se tornou maior que a própria FASE, trazendo dificuldades de administração da entidade, no Encontro Nacional do Projeto Tecnologias do PTA decidiu-se reestruturar a organização. Assim nasceu a *Rede PTA*, que estabeleceu

uma rede de organizações autônomas, sendo também criada a *Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa* (AS-PTA), que objetivava assessorar as entidades integrantes da rede. A AS-PTA foi integrada por pessoas que atuavam nas coordenações nacional e regional do PTA da FASE (PADULA *et al*, 2013, p. 47). O objetivo central da rede foi promover o intercâmbio e a articulação das ONGs na perspectiva do desenvolvimento rural alternativo no país (EHLERS, 1999, p. 83).

Portanto, as equipes locais do Projeto PTA deram origem a entidades autônomas, articulando outras que já existiam, sendo composta por 27 entidades, presentes em 10 estados pertencentes às regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Padula destaca que:

CTA Montes Claros, que deu origem ao Centro de Tecnologias Alternativas (CAA) Norte de Minas; o CTA Ouricuri, que originou o Caatinga; a Rede PTA Bahia, que originou o Serviço de Assessoria a Organizações Populares (Sasop); a Rede PTA-ES, que originou a Assessoria em Projetos de Tecnologias Alternativas (APTA) etc. Também integravam a Rede entidades que já nasceram autônomas (nunca foram vinculadas formalmente à Fase), como o CTA da Zona da Mata, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) e o Centro Vianeí, dentre outras. (PADULA *et al*, 2013, p. 47).

O movimento da agricultura alternativa avançou quando ampliou o debate para além do público especializado das ciências agrárias e da academia. Para isso, foi fundamental o papel histórico dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), cuja principal contribuição foi problematizar e difundir as práticas agrícolas opostas ao modelo globalizado, congregando agricultores, ambientalistas, agrônomos, estudantes e membros de movimentos sociais.

Em 1981, foi realizado o I EBAA, em Curitiba, organizado pela *Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil* (FAEAB), pela *Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná* e pelo *Grupo de Agricultura Alternativa* da AEASP. O evento arregimentou a presença de pesquisadores, extensionistas, produtores e estudantes, sendo um marco na gênese da agricultura alternativa. Nesse período havia poucas experiências conhecidas de agricultura alternativa no país. Diante dessa realidade foram analisados os casos da Estância Demétria, que desenvolvia desde 1972 a prática da agricultura biodinâmica, e de Yoshio Tsuzuki, um imigrante japonês radicado em Cotia, São Paulo, que desde de 1973 desenvolvia produção orgânica (LUZZI, 2007). Chama a atenção o debate conceitual realizado. A concepção de agricultura alternativa ficou restrita ao conjunto de técnicas agrícolas alternativas e ao enfrentamento ao uso de agrotóxicos. É importante salientar que o debate produzido, bem como a

sistematização no âmbito do I EBAA, não estabeleceu problematização aprofundada sobre os impactos sociais da modernização da estrutura agrária do Brasil (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Em 1984, em Petrópolis/RJ, foi realizado o II EBAA, que contou com um público diverso e teve a participação de praticamente todas as secretarias estaduais de agricultura do país, estudantes de agronomia, técnicos, professores, ambientalistas e agricultores. Como resultado do encontro foi elaborada a *Carta de Petrópolis*, que destacou o apoio dos governos estaduais às práticas alternativas. Nesse documento, os secretários estaduais de agricultura firmaram o compromisso de criar e implantar legislações no âmbito dos estados para regulamentar o uso de agrotóxicos. De acordo com Padula *et al* (2013, p. 43) os participantes debateram a relação de dependência da agricultura do país em relação às multinacionais considerando a adoção do modelo produtivo baseado no uso intensivo de agrotóxicos, como também pelo risco do controle da produção de sementes por essas corporações.

Em Cuiabá, em 1987, organizado pela FAEAB, AEASP, FEAB e pelo Projeto Técnicas Agrícolas da FASE, foi promovido o III EBAA, contando com cerca de quatro mil participantes, demonstrando o aumento do interesse e envolvimento com a agricultura alternativa no Brasil (EHLERS, 1999). A significativa presença popular foi um dos diferenciais desse evento, já que dele participaram 300 agricultores ligados ao PTA da Fase e à *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural* (EMATER) do Estado do Mato Grosso, lideranças do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), da *Central Única dos Trabalhadores* (CUT) e da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG) (PADULA *et al*, 2013, p. 43). Esse fato inovador, a participação de lideranças de movimentos sociais e de agricultores, foi decisivo para os desdobramentos do movimento da agricultura alternativa, uma vez que os segmentos sociais inseriram no debate uma perspectiva de mundo marcado pelas contradições históricas existentes no campo brasileiro no século XX, como, por exemplo, os debates referentes à reforma agrária, à justiça social etc., além do horizonte cultural representativo da agricultura familiar camponesa.

Nesse cenário de diversidade político-cultural, as discussões no III EBAA evidenciaram o conflito entre duas formas de compreender a agricultura alternativa. Um grupo defendia que as mudanças sociais no campo deveriam preceder as alterações técnicas. O outro segmento compreendia que as alterações técnicas poderiam ocorrer de forma simultânea às sociais (EHLERS, 1999).

No entanto, as divergências não se limitaram apenas à visão estratégica do movimento da agricultura alternativa, mas também em torno da metodologia de condução das discussões. Algumas

lideranças criticaram o formato do encontro, pois não possibilitava a inclusão dos agricultores nos debates, não havendo espaço para socialização de saberes e experiências. Com esse espírito, Padre Justino Obers, em meio a programação oficial no auditório, organizou reunião de agricultores em uma sala, visando trocar experiências entre os participantes (PADULA *et al*, 2013, p. 44). Esse conflito evidencia a orientação teórico-metodológica de mediadores que defendiam o uso de metodologias participativas, visando contemplar o processo de organização social não verticalizado, ancorado na lógica da transferência de conhecimento, mas a partir da perspectiva coletiva, construtivista, identificada com as práticas desenvolvidas até então nos movimentos populares, em especial, com influência de setores da Igreja Católica e do referencial teórico da Educação Popular.³⁶⁶

Já em Porto Alegre, em 1989, ocorreu o IV EBAA, que contou com cerca de cinco mil pessoas. As divergências existentes no encontro anterior persistiram. O conflito gerado pela discordância metodológica quanto à condução dos trabalhos relacionados à agricultura alternativa foi protagonizado pela FAEAB e pela Rede PTA. O motivo central da divergência era a forma de trabalho com os agricultores. A Rede PTA defendia espaço para socialização das experiências e diálogo com os agricultores, colocando-os no centro do processo de fazer a agricultura alternativa (LUZZI, 2007; EHLERS, 1999). Consideravam os camponeses sujeitos do processo de emancipação social e produtiva, negando, portanto, a perspectiva focada na transmissão e na transferência tecnológica por parte dos mediadores.

Esse foi o último encontro realizado e marcou a crise vivenciada pelo movimento de agricultura alternativa no período. Além das divergências ideológicas e metodológicas, o cenário político do país também contribuiu para as dificuldades de avanço da agricultura alternativa. Em 1989, Fernando Collor de Mello é eleito presidente, derrotando o setor popular liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, *Partido dos Trabalhadores* (PT), abrindo as condições para introdução do ideário neoliberal no país, bem como fortaleceu, no campo, a elite agrária e o capital globalizado. Outro elemento que contribuiu para a crise do movimento da agricultura alternativa foi a ação política das empresas multinacionais, ligadas ao setor agropecuário, que retomaram as associações estaduais de engenheiros agrônomos, o que construiu as condições para que, no Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em Salvador/BA, em 1991, a direção da FAEAB fosse retomada pelas forças conservadoras (LUZZI, 2007, p. 48).

³⁶⁶ Sobre o tema da organização popular no campo no período da década de 1970 e 1980, ver SILVA, 2020.

A consolidação da identidade do movimento agroecológico

Em meio ao contexto de crise, marcado pelo limite do processo de avanço da agricultura alternativa em virtude das divergências ideológicas e metodológicas no interior do movimento, bem como pelo fortalecimento dos setores conservadores ligados à lógica da agricultura globalizada nas instâncias organizativas da agronomia, e também devido ao cenário político do país, de ascensão do neoliberalismo, setores envolvidos com a agricultura alternativa deram um passo fundamental para a constituição do ideário e do movimento agroecológico no Brasil.

A partir da organização da Rede PTA, sobretudo com o papel desempenhado pela AS-PTA, abriu-se diálogo com instituições que desenvolviam experiências no Peru e Chile, inserindo o termo Agroecologia no debate nacional (WEID, 2001). Esse diálogo se transformou em articulação latino-americana. Em 1989, no Chile, a Rede PTA/AS-PTA participou da criação do *Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável* (CLADES), que contou com ONGs do Paraguai, Colômbia, Argentina, Equador, Chile, Peru, Bolívia e Brasil; tendo como objetivo possibilitar o desenvolvimento institucional das ONGs e de seus membros por meio da pesquisa, da capacitação e da informação acerca da difusão da agroecologia (COSTA *et al*, 2015, p. 71).

Junto a essa interação de organizações brasileiras com experiências agroecológicas na América Latina, a publicação, em 1989, realizada pela AS-PTA, do livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa* (ALTIERI, 1989), que foi publicado originalmente em 1987, no Chile, contribuiu para as discussões sobre a agroecologia no país. Percebe-se o fortalecimento da ideia de pensar a partir da realidade latino-americana, conjugando questões relativas ao impacto da globalização da agricultura no meio ambiente com problemas sociais históricos típicos da manutenção da colonialidade do poder. Conforme veremos a seguir, o movimento agroecológico brasileiro amplia o horizonte da sua agenda para além das práticas produtivas ecológicas, se aproximando da perspectiva da ecologia decolonial, galvanizando a identidade no processo de oposição ao modelo de sociedade norteada pelo capitalismo global.

A incorporação da ideia de agroecologia com a concepção de enfoque sistêmico e a adoção do conceito de agroecossistemas impactaram substancialmente as discussões da agricultura alternativa, sendo o enfoque agroecológico incorporado como base do movimento (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Aqui há uma alteração qualitativa e de identidade, que caracteriza a ruptura entre as experiências de agricultura alternativa iniciadas na década de 1970 com o emergente movimento agroecológico. Apesar de ter aproximações técnicas com as discussões realizadas no âmbito da agricultura alternativa, a agroecologia expressa uma proposta ampla de organização societária, que considera demandas históricas das populações no campo, como, por exemplo, acesso à terra, preservação do meio ambiente e defesa dos direitos dos povos originários. Ela se contrapõe ao modelo de agricultura globalizada, propondo desenvolvimento socioeconômico baseado na transição agroecológica.

A construção da identidade do movimento agroecológico se constitui a partir do processo de fortalecimento da articulação da Rede PTA/AS-PTA, com o intuito de pensar estratégias e ações no sentido de mudanças substanciais na agricultura e no desenvolvimento da agroecologia no Brasil, ao longo da década de 1990.

Com esse espírito, em 2002, no Rio de Janeiro/RJ, foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). O evento teve o objetivo de socializar experiências, fortalecendo as condições para elaboração de propostas de políticas públicas. Esse evento é paradigmático, pois o movimento “apresentou-se” aglutinado em torno do conceito de agroecologia, “rompendo” com a ideia de agricultura alternativa, conforme percebe-se nos anais do evento (AS-PTA, 2003, p. 9),

A idéia de realização do Encontro Nacional de Agroecologia nasceu da identificação da confluência de diferentes iniciativas voltadas para favorecer mecanismos de articulação entre processos sociais locais e regionais dedicados à promoção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo no Brasil, fundado no fortalecimento e consolidação da produção familiar e nos princípios da agroecologia.

Ao final do encontro, foi aprovada a criação da *Articulação Nacional da Agroecologia* (ANA), “sepultando” de vez as discussões em torno da ideia de agricultura alternativa. De outra parte, a ANA passou a ser um dos principais espaços de articulação do movimento agroecológico no país, uma vez que congrega movimentos, redes e organizações da sociedade civil (ANA, 2021).

É importante destacar que, nos documentos que serviram de base para as discussões no I ENA, estava presente a compreensão da interrelação entre a expansão da globalização da agricultura através da modernização tecnológica da agricultura e a concentração fundiária, sendo a agroecologia uma proposta “sustentável de desenvolvimento que poupe os recursos naturais, não polua o meio ambiente e, ao mesmo tempo, responda às necessidades de produção e geração de renda para o agricultor.” (AS-PTA, 2003, p. 21).

A expansão do capital agrário sobre o campo brasileiro pode ser explicada pelo conceito de colonialidade do poder. O sistema-mundo globaliza o modelo de agricultura baseada no uso intensivo do pacote tecnológico inaugurado com a Revolução Verde, dependente de insumos da indústria e do capital financeiro. O impacto da tempestade da moderna produção agrária no solo brasileiro é o agravamento das contradições sociais, conforme discutimos na parte inicial do texto. Sendo assim, o movimento agroecológico compreende que as mudanças exigidas pela realidade produzida pela modernização da agricultura vão para além de práticas produtivas que visem o fazer ecológico somente. É crucial estabelecer um outro projeto de nação.

Esse entendimento ganhou força no II Encontro Nacional de Agroecologia, agora promovido pela ANA, em 2006, no Recife/PE, ao destacar, na *Carta Política* aprovada ao final do evento, que “o avanço do movimento agroecológico brasileiro na construção de convergências em torno de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país”, deve considerar o fortalecimento da alternativa agroecológica e o enfrentamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio apoiado no latifúndio e nos monopólios agroindustriais e financeiros (ANA, 2006, p. 1).

O documento evidencia que o movimento agroecológico se contrapunha a problemas históricos e estruturais, ou seja, o moderno modelo baseado nos monopólios agroindustriais e o capital financeiro estavam inseridos em uma ordem social e econômica permeada pela colonialidade. O latifúndio, ao submeter o meio ambiente e a sociedade à exploração econômica vinculada ao mercado agroexportador, é a expressão da presença da colonialidade do poder. Nesse sentido, a organização globalizada da produção de alimentos submeteu o agrário brasileiro, desenhando o que chamamos de agronegócio. De acordo com o movimento agroecológico, há uma relação entre o agronegócio e a história protagonizada pela elite agrária brasileira:

O agronegócio é a expressão atual do modelo de desenvolvimento econômico que perpetua há cinco séculos a dominação das elites agrárias no meio rural brasileiro. Esse modelo se expressa nos desertos verdes das monoculturas de eucalipto, *pinus*, soja, cana-de-açúcar, algodão, nos sistemas de integração agroindustrial do fumo, de aves, suínos e, mais recentemente, de biocombustíveis. (ANA, 2006, p. 4).

Em síntese, colocaram no centro do debate do movimento agroecológico a luta pela superação do modelo de desenvolvimento baseado na agricultura global, sinalizando a importância da mobilização também na perspectiva da conscientização política e da defesa da autonomia da população camponesa frente ao mercado global.

A partir do diagnóstico do impacto do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, bem como sua conexão com a história marcada pelo colonialismo que produziu a manutenção do latifúndio na atualidade no Brasil, o movimento agroecológico firma a compreensão de que o

enfrentamento do modelo do agronegócio e o fortalecimento da produção familiar agroecológica significam, antes de tudo, um desafio no plano político. Isso porque a agroecologia surgiu e vem fazendo o seu caminho em um campo de disputa na sociedade contrariando privilégios de uma elite econômica que se reproduzem com o apoio do Estado. (II ENA, 2006, p. 6).

O debate produzido pelo movimento agroecológico, explicitado nos anais do II ENA, deixam claras as concepções antagônicas entre a produção baseada no agronegócio e a produção agroecológica. São duas formas distintas de pensar o território e a sociedade. Se por um lado o agronegócio está associado, segundo o movimento agroecológico, a uma

criminoso cadeia de impactos negativos que se irradiam ao conjunto da sociedade brasileira. O que a experiência prática de populações rurais demonstra e estudos confirmam é que o modelo do agronegócio é o principal responsável pela concentração da terra, pela violência no campo, pelo êxodo rural, pelo desemprego urbano e está ainda associado à degradação sem precedentes do patrimônio ambiental: os recursos da biodiversidade, os solos e a água. (II ENA, 2006, p. 5).

A agroecologia por sua vez possibilita construir nos territórios ações comprometidas com a riqueza da biodiversidade. No lugar do desenvolvimento de processos produtivos que geram a homogeneização técnica, produtiva e cultural, a agroecologia, a partir da diversidade de ecossistemas em que se “desenvolve se expressa também em uma grande variedade de identidades culturais e formas de organização produtiva e de apropriação e uso dos recursos naturais.” (II ENA, 2006, p. 6).

Essa posição do movimento agroecológico é reveladora do ideário decolonial. Pois estabelece uma organização social identificada estrategicamente com a ruptura com a agricultura globalizada/moderna, capaz de disputar políticas públicas e fomentar experiências produtivas e sociais produzidas a partir da realidade brasileira, estimulando a autonomia dos sujeitos sociais e diversidade cultural. Assim, construiu-se enquanto sujeito coletivo fora do domínio epistêmico do norte global. Ou seja, o movimento agroecológico se estabeleceu, em especial a partir de 2000, enquanto promotor da ecologia decolonial.

Nessa perspectiva, o III ENA, 2014, em Juazeiro/BA, teve o objetivo de ampliar a organicidade política e dar “visibilidade ao campo agroecológico brasileiro. O foco central foi no

sentido de construir uma força pública unificada [...] em torno de um projeto de transformação do mundo rural brasileiro fundado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais.” (ANA, 2014b, p. 7).

Outro elemento central na caracterização do movimento agroecológico como uma expressão da ecologia decolonial é a articulação entre a luta feminista e a ambiental. A constituição de práticas produtivas agroecológicas, conforme o movimento, deve estar associada ao processo de empoderamento e conquista de direitos das mulheres, como, por exemplo, a possibilidade dos títulos coletivos de terras em áreas de reforma agrária também as contemplarem, garantindo a coparticipação com os homens nos processos político, econômico e social, além de avançar no combate à violência contra as mulheres (ANA, 2014b).

A conscientização das mulheres para se envolverem e ampliarem a atuação no movimento agroecológico conta com espaços sociopolíticos específicos. Assim sendo, a partir do início do século XXI, o *Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia* cumpre papel estratégico em organizar e garantir a participação paritária das mulheres nas atividades do movimento, como no II e III ENA, em que metade das vagas foram destinadas às mulheres (ANA, 2014a).

O enlace da luta do feminismo com a agroecologia vai além da presença equitativa com os homens e da defesa de direitos; ela supera a ideia de desenvolvimento social e ambiental alternativo ao modelo caudatário da Revolução Verde. Na realidade, expressa uma cosmovisão de mundo, na qual a agroecologia é um meio de relação dos seres humanos com o meio ambiente, com a natureza e com a sociedade, baseada na justiça, na igualdade social e na sustentabilidade ambiental. Ou seja:

A agroecologia que estamos construindo vai muito além das práticas de manejo da agricultura, bosques e da criação de animais. Ela pressupõe outra relação entre as pessoas e a natureza que não veja a natureza como um recurso inesgotável explorado pelo homem, mas como um manejo respeitoso que permita a todas e todos viver bem. Outra relação entre as pessoas também é condição para a agroecologia. Ninguém imagina trabalho escravo numa produção agroecológica. O respeito entre as pessoas, a consideração sobre os conhecimentos, habilidades e o intercâmbio de experiências: tudo isto é parte da agroecologia. (ANA, 2014a, p. 8).

Por fim, é relevante destacar que o movimento agroecológico é fruto do longo processo iniciado com as experiências de agricultura alternativa. O movimento agroecológico surgiu a partir da preocupação com a valorização dos aspectos socioculturais da produção agrícola. Ou seja, incorporou no seu ideário questões relacionadas ao universo colonial presentes no cotidiano brasileiro.

Alguns apontamentos finais

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo transformou a agricultura. A modernização tecnológica, denominada de “revolução verde”, potencializou a penetração do capital no campo. No Brasil, em especial nas décadas de 1960 e 1970, esse processo teve um impacto social devastador para a agricultura camponesa e familiar, além de degradar o meio ambiente.

O regime militar implementou um modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura brasileira com vistas a estimular o crescimento da comercialização dos insumos industriais, o que consolidou o modelo agroexportador com base na grande propriedade rural e no cultivo de monoculturas, em especial a soja.

Longe de ser um movimento homogêneo e constituído a partir de uma perspectiva histórica linear e pré-determinada por fatores estranhos à sociedade brasileira, o movimento agroecológico se constitui a partir da relação dialética dos agricultores, mediadores e pesquisadores com as contradições do processo de globalização da agricultura. Portanto, a resistência social no campo, através das ações coletivas opostas ao modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado autoritário, desencadeou a experiência que podemos caracterizar enquanto uma expressão da ecologia decolonial.

A ruptura com a identidade da agricultura alternativa ocorreu de forma processual, na medida em que houve gradativamente o desenvolvimento do ideário marcado pelo enfrentamento à colonialidade do poder. O movimento agroecológico é desenhado enquanto uma ferramenta de resistência e superação da realidade vivida. Esse processo de gestação do movimento agroecológico é substanciado pela dialética do conflito deflagrado pelo impacto da globalização da agricultura na realidade brasileira, na qual as lideranças, ao se depararem com Estado autoritário, com o impacto socioeconômico e ambiental da globalização da agricultura e com as divergências no interior do movimento alternativo, produziram de forma original e autônoma o ideário que substanciou a identidade e a experiência do movimento agroecológico.

Nessa perspectiva, junto com a dimensão científica, o movimento agroecológico configurou o conceito de agroecologia a partir da dinâmica cultural e política dos segmentos subalternos do campo, uma vez que incorporam a defesa dos ecossistemas representativos dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e da floresta frente ao processo de globalização da agricultura, se constituindo, portanto, enquanto uma experiência concreta da ecologia decolonial.

Aqui reside a diferença central entre o movimento agroecológico e a agricultura alternativa, a compreensão de que apenas a ação de inserir técnicas produtivas ecológicas nas unidades de produção não possui potência para superar as relações de produção da agricultura global. É necessário estabelecer a articulação do desenvolvimento das experiências ecológicas com a luta antissistêmica, visando alterar os laços estruturais que reproduzem a colonialidade do poder.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife/PE. Disponível em <https://agroecologia.org.br/category/publicacoes-da-ana/Recife>, 2006.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **O que é ANA**. [s.l.] 2021. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em: 04 de ago. 2023.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres Rumo ao III Encontro Nacional de Agroecologia**. Juazeiro/BA, 2014a. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/download/mulheres-rumo-ao-iii-encontro-nacional-de-agroecologia-ena/>. Acessado em 08/08/2023.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Anais do III ENA: cuidar da terra, alimentar a saúde e cultivar o futuro**. Rio de Janeiro: ANA, 2014b.
- AS-PTA, Rio de Janeiro. **Anais Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2003.
- BELASCO, Warren J. **Appetite for change: how the counterculture took on the food industry, 1966-1988**. Nova York: Pantheon, 1989.
- CONRAD, Sebastian. **O que é história global**. Lisboa: Edições Almedina, 2019.
- COSTA, Manoel Baltasar Baptista; SOUZA, Monique; JÚNIOR, Wilmar Müller; COMIN, Jucinei José; LOVATO, Paulo Emílio. Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. **Sociedad Científica Latino Americana de Agroecología**, v. 10, p. 63-75, 2015.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- EHRlich, Paul Ralph; EHRlich, Anne Howland. **População, recursos, ambiente: problemas de ecologia humana**. São Paulo: Polígono; Universidade de São Paulo, 1974.
- ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia, UERJ**, n. 12, 0. 23-32, 2º semestre de 2002

- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995).** Tradução de Graziela Schneider. Prefácio e revisão técnica: Adrián Gurza Lavalle. São Paulo: Globo, 2004.
- LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** 2007. Tese (doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil.** Nº 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 1991.
- PADULA, Juliana; CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga; DAL SOGLIO, Fabio Kessler.. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa.; ASSIS, William Santos de (Eds.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais.** Brasília: Embrapa, 2013, pp. 37-72.
- PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Silvio Gomes de. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004. Versão preliminar, digitado.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur)
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. A Aceleração contemporânea: Tempo Mundo e Espaço Mundo. In: *et al* (org.). **Fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, pp.15-22.
- SILVA, Émerson Neves. **Rebeldia Camponesa na América Latina: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo.** Curitiba: Editora CRV, 2020.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WEID, Jean Marc von der. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. In: BROSE, Markus (Org). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. pp. 103-112.